

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinyó

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Correção de rumo

A descoberta de que a inflação de janeiro e fevereiro continuará alta, independente do que acontecer na guerra do Golfo Pérsico, e a confirmação do aprofundamento da recessão pelos últimos dados de emprego da Fiesp estão levando o governo a rever suas posições em relação à política econômica. A semana que passou foi pródiga de sinais de que o presidente Fernando Collor de Mello e a ministra Zélia Cardoso de Mello já admitem correções no rumo do programa de estabilização econômica.

Isso ficou mais ou menos explícito nos encontros que o presidente da República teve com quatro governadores estaduais que tomarão posse no dia 15 de março — Fleury Filho, de São Paulo; Hélio Garcia, de Minas; Antônio Carlos Magalhães, da Bahia; e Joaquim Francisco, de Pernambuco. Collor quer o apoio dos novos governadores à política de contenção dos gastos públicos, violentamente boicotada no ano passado pela gastança desenfreada promovida pelos atuais ocupantes do cargo. O presidente pediu aos quatro — e irá pedir a outros eleitos, nas próximas semanas, inclusive ao adversário Leonel Brizola — que apliquem uma política de austeridade em suas administrações e que aceitem receber do governo federal, para aliviar as contas do Tesouro, algumas obrigações na área de saúde e educação, para compensar o que a União perdeu com a reforma tributária. Collor quer também que os governadores apoiem a antecipação da revisão da Constituição, tendo em vista a modificação dos itens que dificultam a contenção do déficit público e a modernização da economia. A filosofia é a mesma do Plano Collor, mas o presidente deu a entender que poderá atenuar a dose de aperto na execução da política econômica para evitar o aprofundamento da recessão e do desemprego.

Uma indicação mais clara do que o governo pode fazer foi dada pela ministra Zélia Cardoso de Mello em reunião com grupos de empresários em Brasília e no Rio de Janeiro. O primeiro sinal da nova disposição da ministra da Economia foi sua iniciativa de procurar os empresários para ouvir suas queixas e sugestões, deixando de hostilizá-los gratuitamente como vinha fazendo até então. As dificuldades para segurar a inflação recor-

rendo ao terrorismo contra o empresariado parece que estão servindo como uma boa lição de humildade para a jovem equipe econômica de Collor. “Estou falando com empresários representativos, eles estão dando idéias, falando de problemas, apontando soluções e estas conversas têm sido muito produtivas” — admitiu a ministra.

A partir desses encontros a equipe econômica já passou a admitir alterações em alguns pontos da execução do programa antiinflacionário, desde que não prejudiquem o que é prioritário agora: segurar os aumentos de preços. Os empresários queixaram-se, por exemplo, de que os juros estão muito altos, o que eleva os custos de produção e inibe os investimentos. Zélia pediu que eles apresentassem propostas que permitam a redução das altíssimas taxas atualmente cobradas sem, no entanto, prejudicar a política de contenção monetária.

Outro ponto em que a ministra se mostrou flexível foi no dos impostos. A equipe econômica finalmente descobriu que pode dar um fôlego à economia estimulando o setor exportador. (Veja editorial abaixo.) Mas foi alertada por Horácio Cherkasski, diretor do grupo Klabin, de que, com as altas taxas de ICMS cobradas na exportação, “não dá para investir nem para manter a competitividade do produto brasileiro”. Outros empresários queixaram-se dos tributos exagerados e contraditórios existentes no Brasil e, no final, acertou-se que eles, com o auxílio de tributaristas não oficiais, realizariam um estudo sobre o que está errado no sistema tributário brasileiro e encaminhariam ao governo. “Tem muita coisa errada mesmo” — confessou a ministra. Isso aconteceu na quinta-feira, em Brasília. Na sexta-feira, no Rio, o secretário nacional de Economia, Edgar Pereira, informou que o governo estuda a possibilidade de rever os impostos que incidem sobre investimento em produção e exportação. A diminuição do IPI pode ser feita sem problemas pelo governo federal. Quanto ao ICMS, Collor pode convencer os governadores estaduais a reduzir as alíquotas cobradas.

Em resumo, há mais humildade do lado do governo, e o País só terá a lucrar com isso.